

As ferramentas quantitativas e qualitativas na análise histórica do desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba de 1970-2000*

Edson Trajano Vieira^{**}

Moacir José dos Santos^{***}

Resumo. O trabalho discute como a análise histórica do desenvolvimento regional pode ser aplicada enquanto metodologia de pesquisa ao definirem-se as funções das ferramentas quantitativas e qualitativas na abordagem histórica. Utilizou-se como fonte para a elaboração do artigo a literatura dedicada à discussão da avaliação do desenvolvimento regional, os relatórios produzidos por instituições públicas paulistas e dados do IBGE e do IPEA. Constatou-se a pertinência da aplicação das ferramentas quantitativas quanto à mensuração das diferenças intrarregionais e à necessidade de utilizá-las em conjunto com as ferramentas qualitativas para definir as ações que orientaram o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; História regional; Avaliação do desenvolvimento.

Quantitative and qualitative tools in the historical analysis of regional development in the Vale do Paraíba (1970-2000)

Abstract. Current paper discusses how the historical analysis of regional development may be applied as research methodology to define the quantitative and qualitative tools in a historical approach. The literature on the evaluation of regional development, reports by public institutions of the state of São Paulo, Brazil, and IBGE and IPEA data were the tools employed for this investigation. The relevance of quantitative tools on the measurements of inter-regional differences and the need to use them was established, coupled to the qualitative tools for the definitions of activities that foreground regional development.

Keywords: Regional development; Regional history; Evaluation of development.

* Artigo recebido em 16/09/2012. Aprovado em 28/02/2013.

** Economista, Doutor em História Econômica, USP, São Paulo. Docente pesquisador do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté/SP, Brasil. E-mail: edson.trajano@unitau.com.br

*** Historiador, Doutor em História, Unesp, São Paulo. Docente pesquisador do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté/SP, Brasil. E-mail: santos.mj@ig.com.br

Las herramientas cuantitativas y cualitativas en el análisis histórico de desarrollo regional: El Valle de Paraíba, 1970-2000

Resumen. El trabajo discute cómo el análisis histórico de desarrollo regional puede ser aplicado como metodología de investigación al definirse las funciones de las herramientas cuantitativas y cualitativas del enfoque histórico. Para la elaboración del artículo, fueron utilizadas como fuentes la literatura dedicada a la discusión de la estimativa de desarrollo regional, los informes elaborados por instituciones públicas de São Paulo y datos del IBGE y del IPEA. Se constató la pertinencia de la aplicación de las herramientas cuantitativas en relación a la medición de las diferencias interregionales y a la necesidad de utilizarlas conjuntamente con las herramientas cualitativas para definir las acciones que orientaron el desarrollo regional.

Palabras Clave: Desarrollo regional; Historia regional; Análisis de desarrollo.

Introdução

O desafio dos cientistas sociais preocupados com a distribuição mais equitativa dos recursos é quantificar o desenvolvimento econômico. Para defini-lo, os cientistas sociais, por vezes, utilizam o termo desenvolvimento socioeconômico, particularmente, para diferenciá-lo do crescimento econômico. Entretanto, o próprio desenvolvimento social é de difícil quantificação. O economista é mais descritivo e quantitativo, enquanto o historiador é mais teórico com a observação e a interpretação das conjunturas de longa duração e alcance espacial (VIEIRA; SANTOS, 2012).

O grande desafio dos pesquisadores no debate das Ciências Humanas, assim como no estudo do desenvolvimento econômico, é definir aquilo que se pretende esclarecer com uma definição de delimitação do objeto a ser pesquisado. A escolha requer atenção nos seguintes aspectos: o espaço, que pode ser uma região ou uma nação; o tempo, uma análise de curto prazo pode não interessar; se for uma análise a partir de pré-história, também não; quanto ao quadro institucional, com uma definição não apenas política que retrata apenas um momento ou um grupo de poder (VIEIRA, 2009).

Para os economistas, é necessário quantificar o desenvolvimento econômico. Para isso, utilizam o processo mais prático que é o quantitativo, associando a ideia do desenvolvimento com o crescimento da produção. Porém, a mensuração do desenvolvimento econômico regional exige a aplicação de procedimentos mais adequados à percepção das singularidades regionais, o que implica a superação das limitações de procedimentos exclusivamente quantitativos. Torna-se estratégico, para esse fim, incorporar referências relativas à elaboração de abordagens qualitativas, focadas na problematização do desenvolvimento enquanto fenômeno econômico e histórico mais complexo que o acúmulo quantitativo dos resultados das atividades produtivas.

Diferente da maioria dos economistas, os historiadores debatem a questão do desenvolvimento de uma forma mais ampla, ultrapassando as barreiras do estudo da Ciência Econômica. Entretanto, o conceito de desenvolvimento e, principalmente, a forma de quantificá-lo não é ponto de consenso entre eles. No campo da história do desenvolvimento econômico, destacamos Max Weber, Pierre Vilar, Jean Marzewski e Witold Kula. No Brasil, podemos destacar os trabalhos de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior e Celso Furtado. Os estudos resultantes dos trabalhos elaborados por esses pesquisadores apresentam perspectivas e abordagens distintas, relativas tanto as suas preocupações específicas quanto às metodologias de coleta e avaliação de dados. Por exemplo, Max Weber e Pierre Vilar abordam o desenvolvimento econômico como fator preponderante para a compreensão das relações sociais historicamente localizadas, o que não implicou na efetivação dos mesmos procedimentos de pesquisa ou categorias analíticas. A mesma observação aplica-se aos demais pesquisadores citados. Ressalta-se, porém, que o entendimento do desenvolvimento exige a superação de uma abordagem estritamente centrada na perspectiva econômica e esses autores

elaboraram análises que incluíram variáveis culturais e sociais, tornando-se referências para as pesquisas que buscam esmiuçar o desenvolvimento como historicamente e espacialmente situado.

No Brasil, o debate acerca do desenvolvimento como fenômeno econômico e histórico adquiriu relevo especial em razão da trajetória do país durante o século XX. O século passado constituiu um período de expressivas transformações nas estruturas sociais e econômicas brasileiras, com destaque para o impacto da industrialização, que contribuiu significativamente para essas mudanças. As transformações históricas que alçaram a busca do desenvolvimento à condição central do debate político brasileiro provocaram a emergência do debate relativo às suas consequências econômicas e sociais. Historiadores, sociólogos, geógrafos e economistas envolveram-se em um debate que mesclou participação no processo político e investigação intelectual. Entre os autores que se tornaram referência para a pesquisa sobre o desenvolvimento no Brasil é necessário destacar Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior e Celso Furtado.

Os respectivos autores percebiam o desenvolvimento como resultado do processo histórico brasileiro, questionando suas características e quais grupos sociais beneficiavam-se das vantagens econômicas e políticas produzidas em uma sociedade profundamente desigual, porém, com abordagens distintas. Por exemplo, Celso Furtado considerava o subdesenvolvimento como a condição particular de determinados países que ocupavam uma posição subordinada no capitalismo mundial. Para Furtado, tornava-se necessário criar condições favoráveis para o acúmulo do capital nacional necessário à ruptura com a dependência do capital internacional. Apesar de privilegiar o processo histórico brasileiro, Caio Prado Junior realiza uma abordagem distinta ao vincular o desenvolvimento brasileiro como consequências das características do modelo de exploração econômica introduzido no período colonial. E

Nelson Werneck Sodré concentrou-se sobre a formação das classes sociais no Brasil em relação à consolidação do capitalismo no Brasil e sua vinculação a um desenvolvimento subordinado a interesses econômicos externos.

As observações acima destacadas buscam ressaltar a diversidade de abordagens realizadas por pesquisadores preocupados em problematizar historicamente o desenvolvimento brasileiro. Essa pluralidade evidencia que a compreensão do desenvolvimento como fenômeno historicamente localizado constitui um recurso profícuo para a superação dos limites das abordagens estritamente econômicas. Destarte, as trajetórias de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior e Celso Furtado constituem referências para empreender a análise do desenvolvimento regional. A referência aos autores brasileiros citados implica na opção por examinar os vínculos historicamente constituídos entre política e economia, pois a análise estritamente econômica é insuficiente para a compreensão histórica do desenvolvimento regional.

O presente artigo busca discutir como a análise histórica do desenvolvimento regional pode ser aplicada com mais consistência, enquanto metodologia de pesquisa, ao definir as funções das ferramentas quantitativas e qualitativas na abordagem da história do desenvolvimento regional, particularmente, quanto à dinâmica econômica. Para a efetivação dessa premissa, foi recuperado o debate relativo às contribuições metodológicas que a história econômica propicia, realizado por economistas e historiadores dedicados à pesquisa sobre as interações entre a História e a Economia.

A elaboração de uma metodologia de avaliação do desenvolvimento regional, apropriada à compreensão da dinâmica econômica que permeou o Vale do Paraíba, na segunda metade do século XX, é necessária para a compreensão das intersecções entre a análise histórica e a econômica. Entende-se que a adequada compreensão do desenvolvimento regional do Vale do Paraíba decorre da exploração conjunta das variáveis econômicas e não

econômicas que incidiram sobre a estruturação da região nas últimas décadas. Nos decênios derradeiros do século XX, o Vale do Paraíba experimentou um significativo crescimento econômico pautado no estabelecimento de clusters industriais que dinamizaram a economia regional. Porém, desigualdades significativas consolidaram-se entre os polos industriais sediados nas principais cidades da região e os municípios com menor desempenho econômico.

A compreensão dos fatores que ampliaram a desigualdade intrarregional exige a análise do Vale do Paraíba paulista sob a perspectiva da História e da Economia e, portanto, a elaboração de uma metodologia pertinente às especificidades de ambas. Destarte, buscou-se caracterizar as conexões entre a análise histórica e a economia como estratégicas para avaliação do desenvolvimento regional no Vale do Paraíba. Cabe destacar que nesse artigo é estudada apenas a área paulista do Vale do Paraíba, excluindo a área mineira e fluminense.

O debate metodológico quantitativo entre historiadores e economistas

Para Weber (2006), a História Econômica tem como objetivo, em primeiro lugar, investigar como se encontram distribuídas, especializadas e combinadas as relações econômicas numa determinada época, no aspecto técnico e econômico e em relação à ordenação da propriedade; em segundo lugar, investigar como está estruturada a sociedade em classes; e, em terceiro, mostrar a relação entre racionalidade e irracionalidade econômica. A economia, como atividade lucrativa, sempre é orientada pela racionalidade calculada a partir de modelos matemáticos. Entretanto, ingressam nessa racionalidade formal, fenômenos irracionais relacionados à forma de distribuição de renda. Weber (2006) demonstra que a Economia não é uma ciência exata, mas é fruto das relações humanas. Não é possível contabilizar as relações humanas,

transformando-as em modelos matemáticos, como defendiam os economistas neoclássicos do utilitarismo como Jevons, Menger e Walras.

Na teoria weberiana, a busca do entendimento do processo econômico define-se como um esforço destinado a compreender e a explicar os valores aos quais os homens aderiram e as obras que construíram. Ela pertence à Escola Historicista da Economia, uma escola de pensamento - principalmente alemã - que defendia que o estudo da história é a principal fonte de conhecimento das ações humanas, especialmente, no âmbito econômico. Depreende-se da reflexão weberiana que a Economia é dependente da cultura e não pode ser tomada por universal no espaço ou no tempo. Essa inferência expressa uma rejeição à ideia de que teoremas econômicos podem ser tidos como universalmente válidos. A característica de parte significativa dos autores dessa escola de pensamento foi a preocupação com a reforma social e a melhoria da qualidade de vida das massas durante o processo de industrialização ocorrido entre os séculos XIX e XX.

Para Marczewski e Vilar (1973), o uso da econometria e da matemática é o método preferencial para a pesquisa em história econômica. O uso dos instrumentos quantitativos sistematizados é fundamental para a descrição e a explicação tanto dos fenômenos históricos quanto dos econômicos. Os instrumentos da história quantitativa servem para caracterizar uma estrutura de um dado momento e mostrar sua evolução ao longo de um período, mostrando as relações de dependência entre as variáveis em estudo.

A história serial elaborada por parte dos historiadores quantitativos foi percebida durante a década de 1960 como uma revolução nas relações do historiador com as suas fontes, e parte dos seus adeptos acreditavam que este tipo de historiografia substituiria o fazer histórico pautado em abordagens diversas do quantitativo. Para Barros (2011), há uma distinção entre a história quantitativa e a história serial. A história serial refere-se ao uso de um

determinado tipo de fontes que permite uma determinada forma de tratamento pautada na formação de séries. Já a história quantitativa pretende observar como a realidade histórica está atravessada pela noção de “número”, de “quantidade” e de valores a serem medidos. As técnicas utilizadas pela abordagem quantitativa são estatísticas, ou baseadas na síntese de dados por meio de gráficos diversos e de curvas de variação a serem observadas, de acordo com eixos de abscissas e coordenadas.

Ainda para Barros (2011), a história serial estrutura uma série de fatos históricos para medi-los em sua repetição e variação através de um período que, muitas vezes, é o de longa duração. É esta série que particularmente é o que interessa para a pesquisa histórica. O que o historiador serial estuda é precisamente a série: este é basicamente o seu recorte e a essência de seu objeto. É inclusive possível constituir séries às quais não se pretenda necessariamente aplicar apenas o tratamento quantitativo, mas também a abordagem qualitativa, pois, para o historiador que a utiliza, a série de dados é a ferramenta utilizada no processo de análise e não o fim em si mesmo.

Para que o método de história quantitativa se mostre vantajoso em comparação à história serial, é necessário que o alcance do recorte histórico estudado inclua o resultado da produção com a descrição da aquisição de matéria-prima e a transformação em produto final e que o resultado da renda produzida mostre a sua distribuição entre os fatores de produção, o resultado da disponibilidade da renda produzida, o valor das operações financeiras e as contas de comércio externo. As possibilidades de pesquisa histórica quantitativa são valiosas quando se trata de período para os quais existem dados estatísticos regulares (MARCZEWSKI; VILAR, 1973).

Apesar de as possibilidades inerentes à aplicação da história quantitativa, as últimas décadas da historiografia assistiram a um claro crescimento da rejeição à ideia de que a vida social e cultural é direta e

linearmente determinada pelas dimensões da economia e da vida material, o que implica a crítica às pesquisas realizadas somente com a aplicação de modelos quantitativos de levantamento e análise de dados (BARROS, 2008).

As informações quantitativas são fundamentais para contar ou medir um determinado objeto, mas a questão primordial associada a uma informação quantitativa é qualitativa: antes de contar ou medir, é necessário classificar (MOURA FILHO, 2008). As informações quantitativas são instrumentos importantes para auxiliar uma análise histórica conjuntural desde que as informações sejam ferramentas de análise e não a finalidade do estudo.

Para Chaunu (1978), uma quantificação de dados, como é comum no estudo da história econômica, decorre de duas expressões não sinônimas: a “história serial” e a “história quantitativa”. A história serial refere-se ao uso de séries históricas; a história quantitativa remete a um levantamento e análise de dados. Esta, inclusive, frequentemente se valerá das abordagens estatísticas, pois, por elas, o historiador buscará compreender uma grande quantidade de dados que se coloca à sua disposição de forma globalizada, identificando tendências. Os fatos históricos devem ser registrados e mencionados, mas, por si só, não explicam nada, devem ser interpretados para obter os resultados esperados.

Para Vilar (1982), a História inteiramente quantitativa não é a única forma científica de história econômica, sendo historicamente parcial a partir da construção de modelos como sinônimo de rigor científico. Vilar, ao discutir o conceito de desenvolvimento econômico, afirma que a colaboração entre a ciência econômica e a história é cada vez mais necessária, entretanto, há divergências entre os modos de análise dessas ciências.

Em relação ao desenvolvimento econômico, os economistas trabalham com os modelos específicos que somente são validados a partir de determinadas hipóteses de curto prazo. Essa perspectiva diverge em relação à

adotada pelos historiadores que se preocupam com uma análise mais temporal dos processos econômicos. O desafio para o trabalho simultâneo com a economia e a história para a avaliação do desenvolvimento regional é como escolher e delimitar os casos que se pretendem esclarecer no espaço e no tempo, mediante a elaboração de um instrumental que coadune as diferenças entre perspectivas diversas sobre como avaliar um objeto no tempo e no espaço.

Para Richardson (1985), a pesquisa histórica quantitativa apresenta limitações quanto ao tempo para realizá-la, pois é difícil prever quanto tempo será necessário para obtenção dos dados em relação a determinados objetos de pesquisa. Essa imprevisibilidade para concluir uma pesquisa histórica reside na dificuldade de interação entre as ideias e os dados. Isso porque não são os dados que estruturam a pesquisa histórica, mas as ideias que orientam o trabalho do historiador. Os fatos históricos devem ser registrados e mencionados, mas, por si só, não explicam o processo histórico. O historiador deve interpretá-los para obter os resultados concernentes à pesquisa.

O desenvolvimento constitui um campo de pesquisa das ciências econômicas e da sociologia. Porém, a investigação do desenvolvimento por abordagens dissociadas da metodologia concernente à História reduz a compreensão da sua complexidade. Reivindicar uma história do desenvolvimento não significa, entretanto, a pretensão em constituir um domínio de conhecimento exclusivo dos historiadores. O desenvolvimento como campo privilegiado da reflexão histórica é, antes de tudo, um desdobramento da diversidade da pesquisa histórica, cuja renovação está interligada à própria transformação da história enquanto área de conhecimento que espelha e incorpora as mudanças sociais. O fortalecimento da História decorreu da colaboração com as demais disciplinas que constituem as Ciências

Sociais, e a sua perenidade depende da permanência dessa postura (SANTOS; CARNIELLO, 2011).

O distanciamento entre a História e a economia quantitativa produz dificuldades para a compreensão da história econômica, principalmente, em relação ao processo de desenvolvimento econômico. A solução para os economistas, em sua maioria, está em quantificar a renda de forma objetiva a partir dos indicadores de renda. Para os historiadores, essa conceituação é mais complexa, pois ultrapassa as barreiras das variáveis econômicas, incluindo as questões sociais e culturais.

Quantificação de desenvolvimento econômico regional

Entende-se o desenvolvimento econômico como um processo dinâmico, no qual a quantidade de bens e serviços produzidos por uma coletividade na unidade de tempo tende a crescer mais rapidamente que ela. O desenvolvimento ocorre de forma quantitativa e qualitativa. A efetivação do desenvolvimento representa um aumento da oferta de bens e serviços per capita, altera as técnicas produtivas, a distribuição do rendimento e o comportamento da mão de obra. Porém, é inapropriado afirmar que todas essas modificações dependem da dinâmica da área econômica. Isso não pode e não deve ser utilizado como justificativa para um enfoque puramente sociológico do problema, pois toda a sociedade, independente de como se distribui o poder político, diante da expansão de suas necessidades, está circunscrita às limitações das técnicas de produção e à disponibilidade de recursos. Não se conhece nenhuma forma de organização social que seja capaz de reprimir a expansão das necessidades da coletividade, e não há forma mágica capaz de superar as limitações tecnológicas e os recursos escassos.

Para Kula (1970), a análise da história econômica está diretamente ligada ao funcionamento dos sistemas econômicos, um conjunto maior que

integra os fatos econômicos. Fatos estes que têm relações econômicas recíprocas interligadas e com um padrão definido, o que pode ser identificado tanto por historiadores quanto por economistas. As relações e os comportamentos econômicos nas diversas sociedades, ao longo da história, não podem ser analisados a partir da aplicação de modelo matemático e de forma estática, pois se inserem em processos históricos dinâmicos. O processo de desenvolvimento econômico ocorre em função dessas mudanças inseridas nesse processo histórico.

O desenvolvimento está condicionado às ações conjuntas de transformações nas formas de produção e nas forças que condicionam o perfil da procura, que é definida em função da renda. A dificuldade é identificar as demandas e a escala de valores universais para todas as sociedades, pois não é possível encontrar uma base universal que permita comparar dois conjuntos de bens materiais universais sem introduzir elementos subjetivos específicos de cada cultura. Por isso, o desenvolvimento somente pode ser definido de forma vaga e subjetiva, porém, isso não pode ser um obstáculo ao seu estudo em uma determinada coletividade, da qual se conhecem os elementos institucionais que condicionam a produção e a distribuição de renda (VIEIRA, 2009).

Para Furtado (1967), o processo de desenvolvimento está condicionado ao aumento da produção e da produtividade, acompanhado pela melhora da distribuição de renda, que é importante para aumentar a demanda. Ainda para o mesmo autor, o índice de desenvolvimento é subjetivo, pois depende de valores culturais específicos de cada sociedade, mas de um modo geral, está condicionado à oferta de bens materiais e à demanda por esses bens. Há uma forte semelhança entre o conceito de crescimento econômico e o de desenvolvimento econômico. Para explicar melhor esse conceito de desenvolvimento, pode ser usado o termo

produtividade social (VAZ, 2005), definida não apenas como a quantidade e a qualidade da produção de bens e serviços, feita por uma determinada comunidade num certo período, mas também como esses bens e serviços produzidos contribuem para o bem-estar das pessoas e como eles são distribuídos no grupo.

Em um mundo com intensas relações econômicas globais, é difícil quantificar o desenvolvimento, principalmente, no aspecto regional. É necessário incluir outras variáveis não econômicas para que possamos definir e quantificar desenvolvimento, que pode ser reclassificado em quatro categorias: as realizações, a cultura de valores, a dimensão relacional e as motivações intrínsecas (CARDOSO; RIBEIRO, 2002).

A teoria de desenvolvimento regional, na década de 60, tornou-se moda com a teoria dos polos de crescimento econômico, mas seu conteúdo foi negligenciado em favor de sua forma e não de suas explicações, em favor de técnicas e modelos, omitindo o embasamento teórico. A opção em relação à forma da teoria dos polos de desenvolvimento implicou no abandono da sua principal característica, a problematização das diferenças regionais a partir da relação entre a dinâmica econômica e a trajetória histórica regional. A teoria dos polos oferecia a possibilidade de se problematizar como a introdução de novas atividades econômicas não ocorre em um espaço abstrato. Para Perroux (1975), tanto o crescimento quanto o desenvolvimento econômico não se materializam de modo homogêneo no espaço, mas sim em interação com as características econômicas e sociais historicamente constituídas. Deste modo, as assimetrias econômicas e sociais de uma região não são eliminadas com a introdução de uma atividade produtiva dinâmica como a indústria, por exemplo.

Perroux (1975) ressalta a necessidade de se compreender a atividade econômica em sua complexidade, destacando que uma nova atividade econômica pode produzir tanto renda e inovação tecnológica quanto

concentração de riqueza e aumento de custos econômicos, o que implica em admitir a necessidade de planejamento do desenvolvimento para se buscar a redução das assimetrias relativas à tendência de concentração de recursos nos polos de desenvolvimento de uma determinada região. Porém, a teoria dos polos de crescimento econômico foi apropriada em seu aspecto instrumental, o que implicou na negligência do seu potencial analítico. A criação dos modelos tentou separar o espaço geográfico natural do espaço econômico, criando um espaço discriminatório para poucos. Em escala global, foram criados dois circuitos: o dos países desenvolvidos e o dos subdesenvolvidos (SANTOS, 1979), o que reduziu a possibilidade de compreensão do impacto da dinâmica histórica sobre a efetivação do desenvolvimento.

Em um mundo cada vez mais globalizado nos seus aspectos econômicos e comunicativos, a relação entre o regional e o global torna-se mais complexa, sujeita a nuances que dificultam a avaliação do impacto dos fatores suprarregionais sobre o desenvolvimento local e regional. A produção, após a Segunda Guerra Mundial, é cada vez mais mundializada, com a estruturação de padrões de produção e consumo em escala global, particularmente, as necessidades humanas, fabricadas como os produtos em escala global. Nesse contexto, os espaços nacionais e regionais passam a estar cada vez mais subordinados ao interesse do capital financeiro global, capital que circula em escala global e aporta em cada região, conforme a possibilidade de maximização de lucro.

A solução para os economistas, em sua maioria, está em quantificar a renda de forma objetiva a partir dos indicadores de renda. A análise histórica do desenvolvimento econômico regional propicia o espaço territorial adequado à delimitação temporal pertinente à associação entre instrumentos quantitativos e qualitativos, superando a dicotomia entre a quantificação e as variáveis culturais e sociais que impactam sobre o desenvolvimento econômico regional,

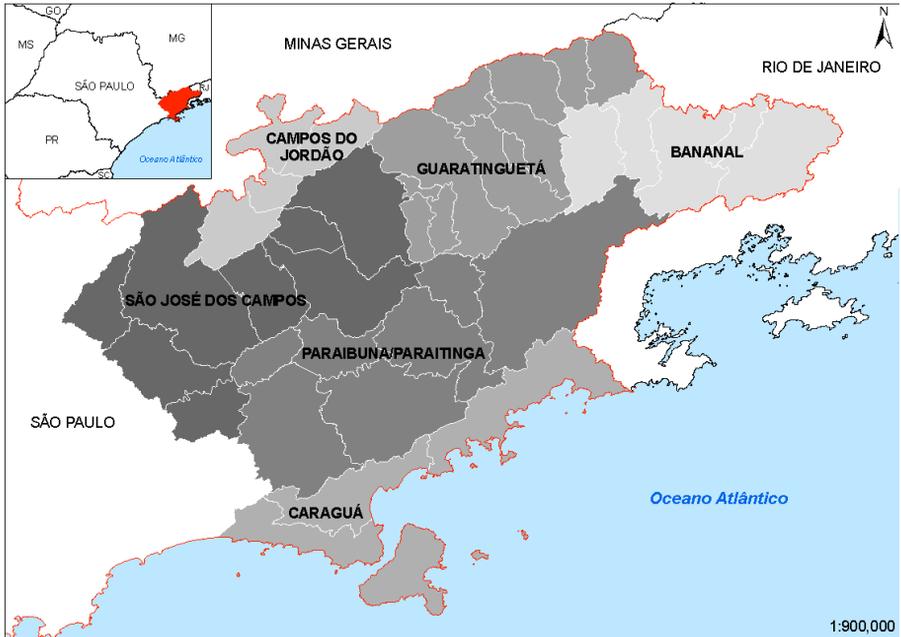
conformando as suas características. Para a efetivação dessa premissa, que associa instrumentos quantitativos e qualitativos para a análise histórica do desenvolvimento econômico regional, selecionou-se a avaliação da trajetória histórica do Vale do Paraíba paulista, entendido como espaço de instalação de formas modernas de produção, pautadas em processos industriais, que combinam, simultaneamente, índices expressivos de produtividade e inserção significativa na divisão internacional do trabalho com a permanência de indicadores sociais, os quais, por sua vez, refletem uma disparidade social relativa aos desequilíbrios na distribuição de renda.

Crescimento e desenvolvimento econômico no Vale do Paraíba

A região do Vale do Paraíba foi um dos principais centros políticos e econômicos durante o ciclo do café, no século XIX. Entretanto, no início do século XX, as cidades pareciam caminhar para o ostracismo, conforme descrição feita por Monteiro Lobato, em “Cidades Mortas”. Na segunda metade do século XX, principalmente a partir da década de 60, a região, impulsionada por algumas cidades, tornou-se um dos principais centros industriais do Brasil. Esse crescimento foi decorrente, dentre outros fatores, da conformação natural do vale, da indução da rodovia Presidente Dutra e da política de desconcentração da grande São Paulo, promovida pelos governos Estadual e Federal (VIEIRA, 2009).

Nesse artigo, o estudo é feito apenas da porção paulista do Vale do Paraíba, excluindo a parte mineira e fluminense. A mesorregião do Vale do Paraíba, formada por 39 municípios, é uma das 15 mesorregiões do Estado de São Paulo. Essa mesorregião conta com seis microrregiões, dentre 63 existentes no Estado. O mapa da Figura 1 apresenta os municípios pertencentes a cada microrregião. (VIEIRA, 2009).

Figura 1. Mapa das microrregiões do Vale do Paraíba



Fonte: (VIEIRA, 2009).

A microrregião de Bananal é formada pelos seguintes municípios: Arapeí, Areias, Bananal, São José do Barreiro e Silveiras. É uma região onde prevalece uma atividade agrícola de subsistência. Foram as cidades mais ricas no Vale do Paraíba durante o ciclo do café, mas não conseguiram manter essa posição.

A microrregião de Campos do Jordão é formada pelos municípios de Campos do Jordão, Monteiro Lobato, Santo Antônio do Pinhal e São Bento do Sapucaí. São cidades com forte atividade de agropecuária de subsistência no final do século XX. Em meados do século XX, a cidade de Campos do Jordão foi importante centro de tratamento de tuberculosos, pelo clima ameno da região serrana. Atualmente, o crescimento econômico da região é impulsionado pela atividade de turismo, com destaque para a cidade de Campos do Jordão.

A microrregião de Caraguatatuba é formada pelos quatro municípios do litoral Norte paulista: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. Eles têm como atividade econômica principal o turismo litorâneo. Nos últimos anos, têm crescido as atividades portuárias no município de São Sebastião, pela instalação do terminal da Petrobras. Com isso, ocorreu um forte crescimento do PIB da região. Essas cidades ainda apresentam graves problemas sociais, indicando que mesmo com a circulação da riqueza do turismo, não foi possível promover o desenvolvimento local.

A microrregião de Guaratinguetá, formada pelos municípios de Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Guaratinguetá, Lavrinhas, Lorena, Piquete, Potim, Queluz e Roseira, obteve bom desempenho econômico notável durante o ciclo do café. Conta com várias atividades industriais nos setores metal mecânico, alimentos e químicos. Nas últimas décadas, transformou-se em grande centro de turismo religioso, com destaque para as cidades de Aparecida, Cachoeira Paulista e, mais recentemente, Guaratinguetá. É a segunda microrregião mais rica da mesorregião, mas apresentou, nas últimas três décadas do século XX, baixos indicadores de evolução econômica.

A microrregião de Paraibuna/Paraitinga é formada pelos municípios de Cunha, Jambeiro, Lagoinha, Natividade da Serra, Paraibuna, Redenção da Serra e São Luiz do Paraitinga, situados no entorno da represa formada pelos rios Paraitinga e Paraibana, que dão origem ao rio Paraíba do Sul. Esses municípios contam com uma economia agropecuária de subsistência e com poucas atividades industriais e de serviços, exceto o município de Jambeiro, onde se instalaram várias indústrias ao longo da Rodovia dos Tamoios, em 1990.

A microrregião mais rica do Vale do Paraíba é a de São José dos Campos, onde estão localizados os municípios de Caçapava, Igaratá, Jacareí, Pindamonhangaba, Santa Branca, São José dos Campos, Taubaté e Tremembé. Apresenta forte concentração espacial da renda propiciada com a presença de

uma significativa atividade industrial. Nessa região, estão instaladas grandes empresas multinacionais, que provocam grande crescimento econômico das atividades terciárias.

O crescimento da atividade econômica regional esteve diretamente ligado à expansão das atividades industriais. Para Ricci (2006), o crescimento industrial pode ser dividido em três fases distintas. A primeira, de 1881 a 1914, caracterizada por uma progressão lenta e contínua da atividade, com a presença de pequenos estabelecimentos, predominantemente, fábricas de produtos têxteis, alimentares e cerâmicas. A segunda, de 1914 a 1943, período de grande ascensão, com destaque para Taubaté e Guaratinguetá, com bom desempenho de estabelecimentos de transformação de produtos agropecuários, minerais não metálicos, têxtil. A terceira, relativa ao período de estudo deste texto, após a Segunda Guerra mundial, com a inauguração da rodovia Presidente Dutra e com a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, o que caracterizou extraordinário desenvolvimento, notadamente, nos municípios de São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba, Jacareí, Guaratinguetá, Cruzeiro e Caçapava, com as indústrias modernas de metalurgia e mecânica.

O crescimento econômico regional desigual transformou problemas específicos de cada uma das sub-regiões em problemas gerais. Por um lado, o flagrante contraste entre os municípios pobres e ricos faz com que os pequenos municípios, mal aparelhados, gravitem em torno dos grandes, transformando seus problemas em problemas regionais. Por outro lado, as grandes cidades, motores do crescimento econômico, crescem descontroladamente, sem planejamento e sem que os serviços públicos acompanhem o ritmo do aumento populacional, passando a enfrentar todos os tipos de problemas das grandes metrópoles (MÜLLER, 1969).

Nas pequenas cidades, são poucos os efeitos positivos da industrialização. As cidades vizinhas, além de perderem a parte mais importante

da sua força de trabalho, continuaram com uma economia de subsistência. Na realidade, a industrialização está presente em apenas algumas cidades da região, classificadas como grandes centros industriais em consideração ao número de operários, como Taubaté e São José dos Campos, as quais, juntas, representam 49,1% da mão de obra industrial da região. Consideram-se, assim, Jacareí, Cruzeiro e Guaratinguetá como centros industriais médios; e como pequenos centros industriais, Caçapava, Lorena, Aparecida, Santa Isabel e Pindamonhangaba. Já os demais, como Bananal, Tremembé, Areias e outros, são considerados centros com presença de indústrias, mas pouco expressivos.

Na década de 60, com a implantação do Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED, o governo e as instituições ligadas a ele começaram a adotar o conceito de polos de desenvolvimento, na definição de diretrizes de políticas econômicas e de áreas prioritárias para os investimentos. O crescimento dessas áreas acabaria por irradiar o desenvolvimento de regiões vizinhas. A política de polos visava, também, a promover a descentralização industrial, no Estado de São Paulo, para as sedes das regiões administrativas, como apresentado na seção 3. No vale do Paraíba, a sede é São José dos Campos. A desconcentração industrial das regiões metropolitanas contribuiu para criar ilhas de excelência com elevada produtividade, nas periferias das metrópoles. Essas ilhas concentram-se nas maiores cidades, dotadas de infraestrutura e próximas à rodovia Presidente Dutra, mas distantes dos problemas crônicos da região metropolitana de São Paulo. No Vale do Paraíba paulista, essa política possibilitou o crescimento econômico, principalmente, entre 1960 e 1980. Com isso, houve um intenso fluxo migratório das cidades pobres em direção às ricas, o que agravou os problemas socioeconômicos regionais (VIEIRA, 2009).

Um dos principais indicadores econômicos é o Produto Interno Bruto – PIB, a soma de tudo o que é produzido em uma determinada região durante

um determinado período. Para fins de comparação, os dados apresentados, além de apontarem a evolução desse indicador nas microrregiões da macrorregião do Vale do Paraíba, mostram também a evolução do indicador no Estado de São Paulo e no Brasil.

No período entre 1970 e 2000, foram muitos os acontecimentos econômicos que interferiram no crescimento do PIB brasileiro. Durante a década de 1970, mesmo com as duas crises do petróleo, a economia brasileira passou por um forte crescimento, principalmente, na primeira metade da década, com o segundo PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. Já na década de 80, conhecida por muitos como a década perdida, e nos três primeiros anos da década de 1990, a economia brasileira experimentou dificuldades econômicas significativas por várias razões, como a hiperinflação no período, a pressão da dívida interna e externa, a redução dos investimentos estatais e a forte instabilidade macroeconômica.

O crescimento do PIB no Brasil, no período de 1970 a 2000, foi de 319,76%, mesmo com todos os problemas macroeconômicos. O estado de São Paulo, o mais importante da nação, cresceu em um ritmo menor: 258,51%. Esse desempenho de São Paulo pode ser explicado pelo maior crescimento na economia dos Estados da região Centro-Oeste, nova fronteira agrícola, e pela maior descentralização da atividade industrial no país, fortemente concentrada na região metropolitana de São Paulo até a década de 1970. Na mesorregião do Vale do Paraíba, a variação do PIB, no período de 1970 a 2000, foi de 650,51%. Esse crescimento foi o dobro do ocorrido no país e duas vezes e meia, maior que o desempenho do Estado. Observa-se que, mesmo com o desempenho econômico de São Paulo abaixo da média nacional, o Vale do Paraíba cresceu de forma acelerada por várias razões, entre elas, a entrada das grandes empresas estatais e multinacionais na região. Mas na escala microrregional, no período pesquisado, ocorreu grande

concentração espacial da renda. Na microrregião de São José dos Campos, a mais rica da mesorregião, a renda cresceu 867,72%, enquanto na microrregião de Bananal, a mais pobre, esse crescimento foi de apenas 80,27%. Nota-se que o desempenho da microrregião mais pobre foi dez vezes menor que a região mais rica (VIEIRA, 2009).

Tabela 1. Crescimento do PIB total, em mil reais de 2000

	1970	2000	Varição 1970/00, em %
Bananal	49.268	88.815	80,27
Campos do Jordão	78.922	298.191	277,83
Caraguatatuba	163.589	1.250.424	664,37
Guaratinguetá	916.668	2.037.587	122,28
Paraibuna/Paraitinga	111.902	359.970	221,68
S. José dos Campos	2.541.446	22.610.287	789,66
Vale do Paraíba	3.861.795	26.645.275	589,97
São Paulo	122.107.479	370.818.991	203,68
<i>Brasil</i>	285.371.930	1.101.254.907	285,90

Fonte: (VIEIRA, 2009). A partir dos dados do IPEA e do IBGE (IPEADATA e Contas Regionais do IBGE, 2007. Acessado: 8 jan. 2011). Valores atualizados em reais de 2000.

Em um país como o Brasil, onde há livre circulação de capital e pessoas, a concentração espacial da renda também tende a provocar a concentração da população nas áreas mais ricas. O crescimento econômico nas grandes cidades do Vale do Paraíba, em especial na microrregião de São José dos Campos, também foi acompanhado por uma expansão do crescimento populacional equivalente a 194%, no período de 1970 a 2000. Por outro lado, as microrregiões de Bananal e Paraitinga/Paraibuna apresentaram redução populacional de 9,11% e 1,03%, respectivamente (VIEIRA, 2009).

Tabela 2. Crescimento da população, em números de habitantes

	1970	2000	1970/00
Bananal	27.962	25.414	-9,11
Campos do Jordão	36.618	64.395	75,86
Caraguatatuba	47.510	223.037	369,45
Guaratinguetá	228.904	372.999	62,95
Paraibuna/Paraitinga	71.107	70.374	-1,03
São José dos Campos	417.283	1.229.888	194,74
Vale do Paraíba	829.384	1.986.107	139,47
São Paulo	17.770.975	37.032.403	108,39
Brasil	93.134.846	169.799.170	82,32

Fonte: (VIEIRA, 2009, a partir dos dados do IBGE - Censos de 1970 e 2000).

Quanto à evolução da renda per capita na mesorregião do Vale do Paraíba, o crescimento do PIB foi de 213,41%, no período de 1970 a 2000. Essa, provavelmente, foi uma das causas do elevado crescimento demográfico de algumas cidades da região. A renda acabou atraindo mais pessoas, entretanto, num ritmo menor do que o do crescimento do PIB. Um dos problemas identificado no crescimento do PIB foi a concentração espacial da renda. Enquanto o PIB per capita na microrregião de São José dos Campos, em 2000, foi de R\$ 18.384,02, na microrregião de Bananal era de 1/6 desse valor, equivalente a R\$ 3.494,65 (VIEIRA, 2009).

A microrregião de São José dos Campos, por apresentar maior crescimento econômico pela industrialização, atraiu mais pessoas. Entretanto, o ritmo de crescimento econômico foi maior do que o aumento populacional, o que resultou no elevado crescimento do PIB per capita. A situação observada que constitui exceção na microrregião é a do município de Jambeiro, pois, mesmo não sendo grande polo de atração populacional, obteve elevado crescimento no PIB, por conta da quase ausência da atividade industrial, na

década de 1970, modificada pelo efeito de transbordamento posterior. Ainda destacamos que das seis microrregiões do Vale do Paraíba paulista, a de São José dos Campos é a única que tem renda per capita maior do que a média nacional.

A elevada taxa de natalidade nas décadas de 1950 e 1960 e a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, após 1970, provocaram a expansão da oferta da força de trabalho no Brasil. Em especial, a busca por trabalho foi maior em direção às grandes cidades. Na mesorregião do Vale do Paraíba, região em crescimento na segunda metade do século XX, esse crescimento da oferta de população economicamente ativa foi de 277%, enquanto a média nacional foi de 162%. A análise da evolução interna na mesorregião revela extremos: em São José dos Campos, crescimento 335%; em Bananal, 46%, conforme dados do IPEADATA (2011).

Quando apresentada a evolução da PEA – População Economicamente Ativa ocupada no Brasil, tem-se que a população economicamente ativa cresceu 126,63% entre 1970 e 2000. Em São Paulo, 142,68%; no Vale do Paraíba, 217,93%. Quando comparada essa evolução com o crescimento do PIB, observa-se que o emprego cresceu muito menos do que o PIB, em todas as esferas administrativas apresentadas no período de 1970-2000. A situação regional foi muito pior (enquanto o PIB cresceu 589,97%, o emprego cresceu 217,93%), em uma comparação com o país e o Estado. Esse resultado é consequência da industrialização acelerada, que criou mais renda que emprego, e do baixo crescimento econômico nas regiões pobres, conforme dados do IPEA (IPEADATA, 2011).

Uma análise mais detalhada do crescimento da ocupação e da renda nas microrregiões do Vale do Paraíba, no período em análise, revela que a de São José dos Campos apresenta o maior crescimento do PIB (789,66%), mas o emprego é menor que a metade desse número (279,49%). O resultado do

crescimento da PEA, superior ao do emprego, resultou no aumento na taxa de desemprego (VIEIRA, 2009).

Após a Segunda Guerra Mundial, a economia valeparaibana estava em uma estrutura hierarquizada de polos, tendo as economias de primeira grandeza Taubaté, São José dos Campos e Guaratinguetá; de segunda, Lorena, Jacareí, Pindamonhangaba e Cruzeiro; de terceira, Aparecida, Piquete e Cachoeira Paulista; e, de quarta, as demais. As atividades industriais concentravam-se nos polos de primeira e segunda grandeza, gerando grande desigualdade espacial da renda. O contraste no crescimento econômico entre os municípios ricos industrializados e os pobres agrícolas, sobretudo a partir de 1950, obriga os centros mais pobres a gravitarem em torno dos centros mais ricos. Os municípios mais pobres não foram capazes de oferecer as condições mínimas para o desenvolvimento econômico pela sua inércia econômica. Os municípios com maior crescimento industrial foram transformados em polo de intensa atração populacional, ampliando os problemas de infraestrutura básica (MÜLLER, 1969).

As teorias dos polos de crescimento levam em consideração apenas os circuitos dos países desenvolvidos, capazes de estimular o crescimento. Porém, a análise mais acurada dos ciclos de crescimento e desenvolvimento aponta a necessidade de avaliar com maior profundidade os fatores que provocam desigualdades regionais e intrarregionais, pois as regiões mais ricas tendem a atrair mais investimentos e as regiões mais pobres, a perderem investimentos. Na mesorregião do Vale do Paraíba paulista, esse quadro explica as diferenças entre as microrregiões que a compõem. O problema é que esse crescimento não é capaz de eliminar a pobreza. A superação das assimetrias presentes no Vale do Paraíba paulista está relacionada à renovação da estrutura de produção para a incorporação dos ganhos da inovação do circuito dos países desenvolvidos, aliados aos setores não modernos, para que se possa distribuir

os recursos de forma mais equitativa entre as microrregiões e respectivas populações.

O problema não é o crescimento econômico e a oferta de bens com a inovação que cresceu após a Segunda Guerra Mundial, mas a distribuição espacial e individual dos ganhos dessa inovação. Uma análise mais aprofundada do desenvolvimento econômico regional passa por uma discussão muito além da apresentação das séries históricas de crescimento econômico e de indicadores sociais. Não se pode reduzir a importância deles, mas é preciso pensar além deles, incluindo uma análise qualitativa do desenvolvimento.

Uma análise histórica mais ampla, muito além dos modelos de desenvolvimento. Destarte, é possível entender o processo de industrialização subdesenvolvida da segunda metade do século XX no Brasil e as estratégias para a superação das suas contradições, apesar da produção de riqueza. Afinal, entende-se que a produção de riquezas não equivale a desenvolvimento quando o bem-estar social, econômico e ambiental é negligenciado.

De um modo geral, no Vale do Paraíba, as cidades da microrregião de São José dos Campos passaram por um intenso crescimento econômico, acompanhado por uma urbanização maior ainda, ampliando os problemas urbanos. Com a ausência de apoio aos pequenos municípios, eles passaram a gravitar em torno das grandes cidades, para atender às demandas sociais de saúde e outras políticas públicas, além dos próprios problemas decorrentes da urbanização intensa com infraestrutura, problemas ambientais e de saneamento básico. Os problemas ambientais são mais graves nas cidades litorâneas, pelo excessivo crescimento populacional, já identificado em 1970, mas ainda não resolvido até 2000 (VIEIRA, 2009).

Na apresentação das séries históricas do período de 1970 a 2000, ficou evidente o crescimento econômico estimulado pela industrialização maior que a média nacional e estadual, mais fortemente concentrado na microrregião de São

José dos Campos, que pelo crescimento acelerado da PEA, experimentou um enorme aumento na taxa de desemprego. O emprego cresceu muito menos que a produção, fato pela maior produtividade. Em relação à renda, observou-se que entre as microrregiões, apenas a mais rica, São José dos Campos, tem renda per capita superior à média nacional. Todas as demais estão em uma situação pior que a média do restante do país, o que evidencia a desigualdade.

Considerações finais

A análise histórica do desenvolvimento econômico regional propicia o espaço territorial adequado à delimitação temporal pertinente à associação entre instrumentos quantitativos e qualitativos, superando a dicotomia entre a quantificação e as variáveis culturais e sociais que impactam sobre o desenvolvimento econômico regional, conformando as suas características. Para a efetivação desta premissa, que associa instrumentos quantitativos e qualitativos para a análise histórica do desenvolvimento econômico regional, o Vale do Paraíba paulista constitui o espaço delimitado para a análise. Esta região é entendida como espaço de instalação de formas modernas de produção pautadas em processos industriais que combinam, simultaneamente, índices expressivos de produtividade e a inserção significativa da região na divisão internacional do trabalho, com a permanência de indicadores sociais que refletem uma disparidade social relativa aos desequilíbrios na distribuição socioespacial da renda entre as microrregiões que compõe o Vale do Paraíba paulista.

Na mesorregião do Vale do Paraíba, a dinâmica do crescimento populacional seguiu a direção do crescimento econômico. Com isso, a concentração espacial da renda também resultou na concentração populacional nos grandes centros, com destaque para São José dos Campos. O crescimento econômico alavancado pela atividade industrial, nas grandes cidades da

macrorregião, provocou grande deslocamento populacional intrarregional, sendo a inovação tecnológica e a dinâmica do crescimento econômico muito maior que o crescimento do emprego, o que resultou no aumento na taxa de desemprego e, conseqüentemente, na ampliação dos problemas sociais, com o aumento da concentração da renda. Em suma: a população das regiões mais pobres migrou para as mais ricas em busca de empregos, porém parte dela não conseguiu êxito, pois, em 2000, praticamente um de cada cinco trabalhadores estava desempregado na microrregião de São José dos Campos. A falta de um planejamento regional gerou grande concentração espacial da renda, em que os municípios mais ricos apresentam os mesmos problemas socioeconômicos dos mais pobres, sendo este um problema macro e microrregional.

A pesquisa sobre os mecanismos de formulação do desenvolvimento regional quanto às suas dimensões políticas e econômicas pode permitir a formulação de um quadro diagnóstico da trajetória do Vale do Paraíba paulista. Os resultados apresentados neste artigo confirmam a efetivação de um desenvolvimento desigual e combinado em escala regional, reproduzindo neste espaço as dicotomias que caracterizam o capitalismo tardio brasileiro. Observa-se que a investigação dos centros de decisão e dos atores sociais que articularam o crescimento regional pode conferir sentido histórico às disparidades apontadas com o emprego das ferramentas quantitativas.

Este trabalho aponta a necessidade do emprego conjunto da análise histórica e econômica do desenvolvimento regional. Porém, preconiza-se um trabalho de parceria metodológica e investigativa capaz de evitar a subordinação da história à economia ou o seu contrário. É desejável formular uma metodologia de avaliação do desenvolvimento regional suficientemente apta para combinar a abordagem quantitativa da economia com a percepção qualitativa própria da investigação histórica. Desse modo, os resultados relacionados ao crescimento econômico podem ser compreendidos em uma

escala mais complexa, adequada à formulação de uma plataforma para o desenvolvimento sustentável, que incorpore a distribuição equitativa da renda e da sustentabilidade ambiental e social como elementos estruturantes do desenvolvimento regional.

Referências

BARROS, José D' Assunção. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 11, p.6-51, jan. 2008.

BARROS, José D' Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2011.

CARDOSO, Teresa; RIBEIRO, J. Cadima. Economia para o Homem e Desenvolvimento Regional: contribuição para uma Política Regional Alternativa. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Org.). *Propostas regionais aos desafios globais*. Florianópolis: Udnisc, 2002. p. 69-89. 2 v.

CHAUNU, Pierre. *Histoire quantitative, Histoire sérielle*. Paris: Armand Colin, 1978.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

IPEADATA. *Banco de dados do IPEA*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acessado: 08 jan. 2011.

KULA, Witold. *Theorie économique du système féodal*. Paris: Mouton, 1970.

MARCZEWSKI, Jean; VILAR, Pierre. *Qué es la historia cuantitativa?* Buenos Aires: Nueva Vison, 1973.

MOURA FILHO, Heitor Pinto. O Uso das Informações Quantitativas em História. *Locus – Revista de História*, v. 14, n.1, p. 42-89, jan./jun. 2008.

MÜLLER, Nice Lecocq. *O fato urbano na Bacia do Rio Paraíba – São Paulo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.

PERROUX, François. O Conceito de Pólo de Desenvolvimento. In: FAISSOL, Speridião (org.). *Urbanização e Regionalização: relações com desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 97-110.

RICCI, Fabio. *Indústrias têxteis na periferia*. Origens e o desenvolvimento: o caso do Vale do Paraíba. Taubaté: Cabral, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Editora Atlas, 1985.

SANTOS, Milton. *Economia espacial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

SANTOS, Moacir José dos; CARNIELLO, Monica Franchi. Por uma história do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 7, n. 3, p. 299-315, 2011.

VAZ, José Pascoal. *Desigualdade social e produtividade social no Brasil de 1960 -2000*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.

VIEIRA, Edson Trajano. *Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX*. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 8, n. 2, p. 344-369, 2012.

VILAR, Pierre. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Editora Presença, 1982.

WEBER, Max. *História geral da Economia*. São Paulo: Centauro, 2006.

